

Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford

Democracy and welfare according to liberal and democratic militancy: the Gaither Report and the Ford Foundation's international policy agenda

WANDERSON CHAVES | wanderson_schaves@yahoo.com.br.
Doutorando no programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Brasil.

Resumo Este artigo aborda alguns lugares-comuns das agendas políticas americanas do pós-guerra. A proposta de política internacional da Fundação Ford, montada em fins dos anos 1940, será empregada como exemplo e síntese desse lugar-comum, a partir do qual será possível também flagrar uma primeira proposta americana emergindo das dinâmicas de Guerra Fria. **Palavras-chave** Guerra Fria, Estados Unidos, direitos civis, desenvolvimentismo, democracia.

Abstract This article deal with some commonplaces concerning United States political agendas from post-Second World War. The Ford Foundation international agenda, made around the end of 40's, will be employed as example and synthesis about this commonplace. Herewith, it will be possible to identify the first American proposal emerging from the Cold War in its time of outbreak. **Keywords** Cold War, United States, civil rights, developmentalism, democracy.

Introdução

Fundada em 1936, estritamente como órgão local para a distribuição de donativos, a Fundação Ford extrapolou os limites do estado de Michigan raras vezes até o ano de 1950, ao colaborar, em 1948, com recursos que permitiram a criação da Rand Corporation, e antes disso, fornecendo subsídios regulares ao funcionamento do MoMA e de instituições de saúde de estados americanos.

A criação do órgão em meados da década de 30 respondia, amiúde, à implantação do Revenue Act (1935), que estabeleceu um aumento na taxa das propriedades de valor superior a 50 milhões de dólares. Uma nova tarifação é estabelecida, com cifras girando em torno dos 70 por cento, para os valores superiores a este teto. Mas é mantida, neste ato, a isenção aos valores transferidos para as chamadas atividades filantrópicas, o que assinalou, ademais, para a possibilidade de que valores sobressalentes ao teto pudessem receber o perdão do fisco. Transferidos do patrimônio da família Ford para atividades de caridade e filantropia, os recursos que inauguram as atividades da fundação correspondem a valores livres da tributação nos impostos de renda, propriedade e herança, nos termos da nova legislação (SUTTON, 1987, pp. 42-3).

Edsel Ford inicia as atividades da instituição com uma doação de 25 mil dólares, logo acompanhada por doações mais vultosas, da ordem dos milhões de dólares, realizadas por organizações privadas e membros da família Ford nos anos da década seguinte. Houve um fluxo contínuo de depósitos ao longo destes anos, o que permitiu à fundação dispor, já na virada para os anos 1950, de um patrimônio estimado em pelo menos 417 milhões de dólares. Valor algumas vezes superior ao valor de mercado estimado de grandes e antigas fundações, como Carnegie e Rockefeller (SUTTON, 1987, pp. 52)¹. A Fundação Ford passou a dispor desde então de um lastro financeiro considerável, suficiente para sustentar a avaliação de que havia se tornado a mais rica instituição filantrópica americana de seu tempo, e de que estava de posse dos meios para se tornar, também, a mais influente. A ambição existia, e ela se traduziria, doravante, em uma agenda de am-

1 O patrimônio da Carnegie Corporation é avaliado, para 1950, em 170 milhões de dólares, e o da Rockefeller Foundation, em 122 milhões. Estima-se que a rápida ascensão patrimonial da Ford tenha se iniciado já em 1937, quando Henry e Edsel Ford doaram 150 mil ações da Ford Motor Company à Fundação Ford. Em 1944, a Fundação Ford teria recebido de Henry Ford 1,4 milhões de ações, além de 1,4 milhões de dólares em ações de outros doadores. O processo de transferência e venda de ativos da Ford Motor Company para a Fundação Ford, supostamente, se encerra no ano de 1974, momento em a fundação teria deixado de possuir ações da empresa.

pliação das atividades do órgão em direção a interesses e estratégias de atuação internacionais.

As ações deste vertiginoso movimento seriam planejadas entre os anos de 1948-1949, resultando em um documento de 140 páginas conhecido como Gaither Report. Este texto, entregue à Fundação Ford em novembro de 1949 e aceito em setembro de 1950, apresenta uma proposta de refundação da instituição para consolidação a estas recentes aspirações e o firmamento de uma complexa agenda de compromissos de longa-duração.

O Gaither Report é elaborado para servir à construção de uma resposta particular aos enfrentamentos da Guerra Fria. E a esta resposta da fundação estiveram associados, doravante, compromissos com a formação de elites intelectuais e políticas, o apoio a concepções de mudança que vinculassem a estabilidade social aos processos de modernização econômica, social e comportamental, a reconstrução do sistema de ensino e do mundo acadêmico, através da patronagem às disciplinas de economia, ciências sociais e relações internacionais (BERMAN, 1983; HERZ, 1989, pp. 79-80)² e a colaboração com as políticas do Departamento de Estado, sobretudo quando circunstâncias da política interna e externa dos Estados Unidos impossibilitavam adequado acesso à informação aos tomadores de decisão da política externa americana (CHESTER, 1995; BRANDT, 1996).

Este artigo trata dessa dinâmica, que constituiu a Fundação Ford em uma peça decisiva das ações de política internacional americana do último meio século, flagrada no momento da elaboração de sua agenda de política internacional. O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresento os traços principais desta agenda do órgão, tal como apresentadas no Gaither Report. Na segunda, elaboro sobre quais seriam as relações, e os compromissos existentes entre as agendas da Fundação Ford e da política externa americana, ambas em construção entre o fim dos anos 40 e início dos anos 50. Na terceira e última, busco me aproximar de algumas afirmações sobre quais os sentidos sociais e políticos matizados por essa dinâmica que se instaura na ação e na construção de projetos da Fundação Ford.

2 A Fundação Ford e seus parceiros e beneficiários estiveram bastante envolvidos nestas ações. Desenvolvidas para prevalecerem de forma duradoura nas atividades culturais, elas representavam a resposta da Fundação Ford aos esforços americanos (que alguns autores denominam, especificamente, de Guerra Fria Cultural) de derrota à alternativa política soviética (SAUNDERS, 1999).

O Relatório Gaither

O relatório foi o resultado de um projeto de reestruturação institucional encomendado pela Fundação Ford a um comitê chefiado por H. Rowan Gaither Jr.³. Entre o outono de 1948 e o inverno de 1949, foram levantadas por ele e sua equipe as opiniões de um grande número de lideranças acadêmicas, políticas e militares americanas, sobre quais seriam os possíveis impactos da internacionalização das atividades da fundação nas relações internacionais e nos assuntos de governo e administração americanos. Não são citados nomes no relatório, mas sabemos que é formado de representantes de agências das Nações Unidas, de altos funcionários públicos da União e dos estados, de presidentes de organizações privadas, de oficiais das forças armadas, de reitores e diretores de universidades, de sindicalistas, de empresários e de dirigentes de grandes corporações o público selecionado para a consulta. Em conjunto, todos eles foram solicitados a expor suas posições sobre quais significados e conteúdos os compromissos com o bem-estar e o desenvolvimento humano deveriam assumir, diante o grande público, ao serem assumidos pela Fundação Ford como parte de sua nova missão institucional.

O Gaither Report resulta deste grande inventário, muito embora, não reste nas formulações excessivamente abstratas de que o texto é formado quaisquer traços do que teria sido a pesquisa material que lhe serviu de base. A síntese des-

3 H. Rowan Gaither Jr., advogado, era presidente da Rand Corporation, consultor do National Defense Research Committee, membro da University of California Law School, ex-diretor assistente do Massachusetts Institute of Technology, dentre outras atribuições. O comitê de estudos contava ainda com sete coordenadores de área principais: Thomas H. Carrol, decano da escola de negócios da University of North Carolina, ex-decano da escola de negócios de Harvard, e presidente da divisão de economia; William C. Devane, diretor da divisão de humanidades de Yale, ex-diretor do American Council of Learned Societies, e presidente da divisão de humanidades; T. Duckett Jones, diretor da Helen Hay Whitney Foundation, ex-membro da escola de medicina de Harvard, e presidente da divisão de medicina; Charles C. Lauritsen, membro da National Academy of Science, consultor do Office of Naval Research, e presidente da divisão de ciências naturais; Donald G. Marquis, chefe do departamento de psicologia da University of Michigan, ex-presidente da American Psychological Association, e presidente da divisão de ciências sociais; Peter Odegard, chefe do departamento de ciência política da University of California, ex-secretário-assistente do Tesouro americano, e presidente da divisão de ciência política; e Francis T. Spaulding, reitor da University of the State of New York, ex-chefe da divisão de informação e educação do U. S. War Department, e presidente da divisão de educação. Também integravam a equipe do comitê de estudos: William McPeak, consultor para organizações não-governamentais e ex-chefe da agência de pesquisa da divisão de informação e educação do U. S. War Department; Dyke Brown, procurador em San Francisco e ex-decano da Yale University School of Law; Don K. Price diretor-associado da Public Administration Clearing House, e ex-assessor da Hoover Commission; e Paul Bixler, presidente do conselho editorial da Antioch Review.

sas formulações foi apresentada aos curadores⁴ da fundação, e eles responderam satisfatoriamente às novas bases políticas e estratégicas sugeridas à instituição no relatório (GAITHER, 1950, pp. 11-13)⁵.

A idéia de bem-estar é muito pouco problematizada ao longo do relatório. Não há, por exemplo, quaisquer menções aos empregos do termo para a descrição de estados orgânicos, sensoriais e espirituais⁶. De outra forma, o termo é definido negativamente. Ele serve, nestes termos, à identificação de um nível ótimo de satisfação individual, e de realização das potencialidades humanas, que se descreve como ausente em ambientes políticos totalitários, ou ameaçados por tensões e atos de desordem. Nesta avaliação, o bem-estar é um estado associado às formas de vida existentes nas sociedades ocidentais livres. Ele resultaria de hábitos de vida democráticos: isto é, do acordo em torno das liberdades políticas e de outros direitos e liberdades, a que governos podem se comprometer em assegurar, caso lhes seja permitido garantir às suas sociedades algumas pré-condições sociais e econômicas.

O bem-estar é definido, portanto, segundo a avaliação de que uma diferença constitui os Estados Unidos, e que esta diferença se traduz em desigualdades que assinalam o lugar dos Estados Unidos no concerto das nações. A combinação de segurança material, segurança militar e paz social, espelhadas no modo de vida democrático americano, estariam ausentes do mundo do pós-guerra, e este evento ameaçaria não somente a singularidade da sociedade de bem-estar americana, mas a possibilidade de que o mundo pudesse vir a alcançar este estado (GAITHER, 1950, pp. 17-24).

A guerra seria a principal ameaça à combinação de segurança e paz social que assegura a possibilidade ao bem-estar. E a pobreza, as doenças, os conflitos raciais, os conflitos sociais, a opressão política, os distúrbios causados por dispu-

4 Compunham o conselho de curadores que aprovou o texto do Relatório Gaither: os irmãos Henry Ford II e Benson Ford, Karl Compton (presidente do MIT e curador da Rockefeller Foundation), John Cowles (presidente do Minneapolis Star e da Tribune Company), Donald David (decano da escola de negócios de Harvard), James B. Webber Jr. (membro da família Ford, e presidente da J. L. Hudson Company, de Detroit) e Charles E. Wilson (presidente da General Electric).

5 O Gaither Report é síntese de outros 22 relatórios especiais, que condensavam mais de mil páginas de dados relativos a registros de entrevistas, memorandos, minutas de conferências e monografias especiais preliminares que os membros do comitê de estudo produziram após terem consultado aproximadamente mais que mil pessoas nos Estados Unidos. Estranhamente, o relatório não contém referências a quaisquer dos indivíduos ou instituições contribuintes.

6 Bem-estar, na imprecisa definição fornecida ao longo do relatório, seria o estado alcançado pelo indivíduo após obter realização material, participar em assuntos públicos, condicionar-se à sociabilidade não conflitiva e desfrutar de bom aproveitamento das horas de lazer.

tas entre crenças conflitantes, e teorias divergentes, que proliferam entre as populações pobres, seriam as suas mais importantes causas. A estas causas gerais, poderiam ser também somadas as limitações à capacidade norte-americana de cooperação econômica, e em assuntos de ordem social, motivados pelas posições de integrantes de setores esclarecidos, que postulam a não intervenção em problemas de política internacional, e pela ignorância do público norte-americano e externo, no que diz respeito à realidade americana e internacional. As ações da Fundação Ford deveriam incidir sobre estes focos, de acordo com o seu ponto de vista democrático, sobre como alcançar a paz (GAITHER, 1950, pp. 25-30).

A posição levantada no relatório, e que seria decisiva para as futuras atividades do órgão, é a de que tais eventos não seriam razões suficientes para a deflagração de conflitos. Ao menos aqueles em curso no fim dos anos 1940. Não era consensual a posição de que a aplicação de medidas contra a privação econômica fosse em si mesma adequada à prevenção de guerras. Apontava-se, isto sim, para a existência de níveis de segurança material e econômico desiguais, e a possibilidade de que pudessem se tornar explosivos, caso fossem mal administrados. O que significa que, sem outras razões, as guerras poderiam estar sendo motivadas apenas por disputas nacionais e regionais de poder sem clara relação com os padrões particulares de sobrevivência e subsistência.

Em todo caso, o bem-estar das populações ainda dependeria destas condições, e deveria, portanto, estar preso às metas de desenvolvimento econômico e social. O relatório Gaither estabelece o desenvolvimento como a principal meta democrática, escolha que se justificou, fundamentalmente, na presumível capacidade que processos de desenvolvimento teriam de combater o clima gerado pela insatisfação com os padrões de vida, e por fazer cessar conflitos de natureza sócio-econômica, que seriam uma ameaça real à possibilidade de todo bem-estar caso não revertidos.

O comitê de estudos assinala ser a meta da consolidação de ambientes de ordem e segurança a mais adequada a quem persiga a elevação do bem-estar humano. A ausência de limites às medidas de desenvolvimento material, observada nestes ambientes, favoreceria demais medidas de incremento aos padrões de vida, além de estimular o respeito às liberdades e aos princípios democráticos. Medidas visando ao estímulo do avanço econômico poderiam potencialmente reverter-se em progressos de ordem econômica, social e política. O relatório sugere à Fundação Ford atuar com sua atividade filantrópica na construção deste tipo específico de ambiente humano (GAITHER, 1950, pp. 28-30).

O universo de atuação geográfica da fundação é praticamente irrestrito. Mas, tanto no que diz respeito às atividades nacionais como às internacionais, a proposta central é a de que a sua agenda de promoção à paz e ao bem-estar se finque em limites estabelecidos na política externa americana, e se fixe nas esferas em que esta política encontra suas limitações. De outra forma, guerras, tensões e conflitos sociais devem ser abordados à medida que permitem aos órgãos públicos, estatais, privados, acadêmicos e não-governamentais, melhorarem sua capacidade de produzir e difundir propostas de ordem democrática para consumo do público externo e norte-americano, e sustentar o desenvolvimento da capacidade econômica.

Esta proposta de atuação se bifurca, na redação do Gaither Report, em uma agenda de formação do público em assuntos de política internacional, proposta informada, principalmente, pela preocupação com a divulgação dos esforços do governo e da sociedade americana na consolidação de uma forma de vida democrática; e em uma agenda de formação de lideranças e de quadros, para o treinamento de pessoas amiúde selecionadas, em atividades técnico-burocráticas, acadêmicas e políticas decisivas, no país e no exterior (GAITHER, 1950, pp. 31-33).

Estes novos quadros técnicos e lideranças, no que tange ao aperfeiçoamento da esfera econômica das sociedades do pós-guerra, deveriam constituir sua participação neste domínio por meio da resolução de três problemas básicos. Segundo o comitê de estudos, seriam

primeiro, a necessidade de se alcançar um elevado nível de estabilidade econômica, tanto no país como no exterior, com uma produção satisfatoriamente alta e com o nível mais alto possível de pleno emprego; segundo, a necessidade de se descobrir as determinantes da paz industrial de maneira a reduzir as perdas individuais e sociais relacionadas ao conflito entre patrões e empregados; e terceiro, a necessidade, agora agravada com a ampla concentração do poder econômico, de se determinar o equilíbrio adequado entre a liberdade de empreendimento individual ou industrial e a atividade de planejamento e controle econômico do governo (GAITHER, 1950, pp. 33-34).

As respostas para estas demandas deveriam, nada obstante, estar de acordo com a proposta da Fundação Ford de reconstrução dos problemas econômicos. Para o comitê de estudos, soluções de problemas econômicos seriam adequadas caso respondessem, de maneira sucessiva e cumulativa, a determinações tais,

como: 1º) manter a economia americana em um ritmo crescente de expansão, e em um nível suficientemente alto de crescimento, para enredar e sustentar um crescimento paralelo nas economias de mercado; 2º) aprofundar o conhecimento disponível sobre organizações empresariais, corporações e sindicatos, com o propósito de desmobilizar e reverter formas tradicionais de relacionamento beligerante, perdas materiais, e inconvenientes públicos, normalmente associados aos conflitos e relações trabalhistas; 3º) assegurar que as regulações existentes permitam aos livres empreendedores a obtenção de maiores e mais generalizados ganhos econômicos, a partir da livre competição, de um sistema estável e seguro de livre mercado, e da multiplicação do maior número possível de unidades empresariais; 4º) abrir questionamentos a leis antitruste, buscando o debate sobre as dimensões da concentração de capital e poder adequadas ao presente estágio de desenvolvimento tecnológico; 5º) assegurar as condições necessárias ao pequeno e livre empreendimento empresarial, à ampliação das oportunidades individuais nas grandes corporações e empresas, e à incorporação de segmentos minoritários ao mercado de trabalho, para a reversão de práticas discriminatórias; 6º) informar os esforços de propaganda e educação, dirigidos ao público ainda mal equipado para reconhecer o papel de liderança econômica em nível mundial crescentemente assumido pelos Estados Unidos (GAITHER, 1950, pp. 34-37).

Esta proposta de abordagem aos assuntos econômicos não é, senão, uma dentre as várias componentes da proposta de redefinição das metas da atividade educacional elaborada no órgão.

A fundação pretendia implantar, após sua reestruturação, uma proposta que guiasse a transformação do sistema educacional no sentido do incremento à formação de lideranças e quadros técnicos especializados e da formulação de novos modelos de comportamento humano e conteúdos para os processos de aprendizado. A avaliação de que a sociedade norte-americana vinha se mostrando incapaz de reverter descontentamentos, distúrbios e hostilidades intergrupais em práticas afirmativas, de enfrentamento às ideologias não-democráticas, constituía a principal justificativa da fundação para interferir na esfera educacional e de propaganda. O comitê de estudos sublinha no relatório a ausência de meios para o combate a tais desajustes e comportamentos, avaliados como reais ameaças à estabilidade do sistema político nacional e ocidental (GAITHER, 1950, pp. 43-46)⁷.

7 Não há, em todo o relatório, qualquer menção a nomes e eventos contemporâneos e passados, internos e externos aos Estados Unidos, para identificação daquilo o que o comitê de estudos entende por instabilidade e distúrbio. Há apenas men-

Entre as medidas de segurança aos princípios democráticos e à meta do bem-estar, deveriam estar sendo perfiladas, portanto, propostas para a alteração dos padrões de comportamento. A Fundação Ford, devido à centralidade dessa problemática para a realização dos seus novos objetivos institucionais, precisaria se comprometer a atuar na formação de público e de líderes qualificados para esta tarefa. O comitê de estudos projeta a possibilidade de que o fomento a propostas comprometidas com a articulação programática dos princípios da livre concorrência, da igualdade de oportunidades, da elevação dos padrões de vida (para além das metas de sobrevivência), e da atualização das bases intelectuais de cidadãos envolvidos com a busca de soluções para problemas sociais, respondesse satisfatoriamente a essa demanda (GAITHER, 1950, pp. 38, 47-48).

O comitê de estudos sugere a criação de cinco programas temáticos com base nestes princípios de ação. Cada um deles deve encerrar um conjunto individual e inter-relacionado de ações estratégicas, dirigidas à abordagem e ao fomento de instituições, parceiros, e beneficiários em geral. Os nomes, e as atividades previstas dos cinco programas da Fundação Ford, seriam:

- 1) O estabelecimento da paz: a estruturação de uma proposta não-isolacionista de intervenção nos assuntos internacionais, com efeito na política interna e externa dos países e nos organismos regionais e internacionais; o alinhamento às demandas políticas do Departamento de Estado, para fornecimento de informações de ultramar ao segmento executivo do governo livre de quaisquer das limitações legislativas, jurídicas e de política interna americana; a transformação da Fundação Ford – o que inclui seus parceiros e beneficiários – em um núcleo de assessoramento aos comitês executivos do governo americano e das Nações Unidas em questões militares e de segurança internacional; o fortalecimento de uma agenda de longa-duração – não limitada ao ano de 1955, o limite declarado de muitas das ações da Fundação neste programa – de formação e treinamento de elites políticas para os quadros executivos nacionais e internacionais, com foco especial nas áreas subdesenvolvidas do mundo (GAITHER, 1950, pp. 52-61).
- 2) O fortalecimento da democracia: a colaboração nos esforços envidados pelo governo norte-americano, em sua guerra psicológica travada no exterior e no

ções esporádicas ao adjetivo totalitário. O que não deixa de ser bastante significativo. O comunismo representava a principal expressão totalitária existente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Já estava consolidada, por esta época, a definição teórica de totalitarismo em que se relacionam ao comunismo soviético os fascismos e o nazismo dos anos 30 e 40.

próprio país, para que platéias nativas e estrangeiras compreendam o significado da filosofia democrática americana, e a sua importância na concepção do estilo de vida americano; a contextualização das disputas políticas e tensões sociais americanas, por meio da associação dos conflitos sociais e individuais a processos de aperfeiçoamento democrático do jogo político americano; o alinhamento da atividade de pesquisa em campo, ou mesmo da atividade acadêmica como um todo, ao trabalho de informação e à militância política democrática (GAITHER, 1950, pp. 62-69).

- 3) O fortalecimento da economia: o apoio ao desenvolvimento, testagem, disseminação, popularização e efetiva incorporação pelos formuladores políticos, homens de negócios e sindicalistas de nova teoria econômica; o apoio aos esforços de definição, descoberta – por formas interdisciplinares e não apenas econômicas – do grau ótimo de saúde econômica e de como torná-lo durável; a divulgação das posições que tornam pública a preeminência econômica americana e sua importância decisiva para a sustentação de todo o sistema econômico mundial (GAITHER, 1950, pp. 70-78).
- 4) A educação em uma sociedade democrática: a sustentação ou a colaboração em atividades relacionadas à formação de lideranças, na intenção de gerar pessoal qualificado em quantidade suficiente para suprir as crescentes necessidades dos níveis executivos e técnicos do governo e do sistema educacional; a orientação do sistema educacional para a formação em quantidades equilibradas de especialistas e generalistas, de maneira a satisfazer carências específicas, de especialistas para atividades técnicas fundamentais, e de profissionais generalistas para as posições de liderança; a identificação, e o suporte a grupos ou pessoas de áreas estratégicas, importantes para a questão das desigualdades de oportunidades educacionais, para que produzam um saber que possa ser empregado pela sociedade para remover do sistema educacional barreiras sociais, raciais e religiosas; o patrocínio a órgãos de publicação e o apoio à disseminação de material de literatura acadêmica (GAITHER, 1950, pp. 79-89).
- 5) O comportamento individual e as relações humanas: o apoio ao desenvolvimento e ao refinamento dos saberes relativos ao comportamento humano, e incentivo à sua incorporação pelas esferas do governo, pelo mundo dos negócios e pela opinião pública em geral; o suporte ao aperfeiçoamento das ciências do comportamento para seu emprego na resolução dos conflitos que envolvam minorias, tensões raciais e trabalhistas e problemas de entendimento internacional; o estímulo à experimentação e à criação de interfaces entre as ciências sociais e as

ciências do comportamento, para mútua influência, para incremento à compreensão do comportamento humano, e, por fim, para o surgimento de possíveis novos usos práticos desse conhecimento (GAITHER, 1950, 90-99).

Esta programação mostra-se bastante ambiciosa à primeira vista. Particularmente, devido à amplitude internacional, à pretensão de modificar, profundamente, certas esferas de ação, e por pretender, também, conduzir alterações significativas em aspectos da vida social americana. Mas não deveriam ser indiscriminados os meios privilegiados na perseguição a estes objetivos. O comitê de estudos sugere um foco singular e bem delimitado. Para melhor resultado de seus esforços, o interesse geral e primeiro da Fundação Ford deve ser o suporte às ciências sociais, através da pesquisa básica, do desenvolvimento de tecnologia e aplicativos, da divulgação de saber e da formação de pessoal. A Fundação não deve, entretanto, eximir-se totalmente em relação às humanidades, às ciências naturais e ciências médicas, reafirma o Gaither Report (GAITHER, 1950, pp. 100-102).

Além de sugerir a consolidação de um novo padrão de operações que assista a Fundação Ford em seu giro internacional, bem como abordagens teóricas e políticas para seus novos objetivos institucionais, o Gaither Report também prevê a consolidação de um renovado modelo de administração interna. A Fundação Ford deverá se constituir, semelhantemente a outras grandes fundações, dos cargos de presidente do conselho, de um número pequeno, e limitado, de diretores-conselheiros, de um comitê executivo, e de uma equipe de oficiais especialistas. O presidente da fundação deve ser obrigatoriamente membro do conselho de diretores, e cabe a ele determinar, com a anuência do conselho, quais atividades os membros do comitê executivo – e os especialistas, a eles subordinados – devem executar.⁸ O corpo de funcionários da fundação deve contar também com os préstimos de um secretário e um tesoureiro, mas o universo das suas atribuições não foi especificado no relatório.⁹

Amiúde, recomenda-se à fundação constituir seu conselho de diretores e sua equipe de oficiais da reunião de profissionais de áreas variadas como jornalismo, política, academia e negócios, e que estes, nas suas atividades, sejam capazes de

8 Entre as atribuições da presidência da fundação também está a administração de um fundo de verbas extraordinárias. O presidente está livre para conferir dotações à beneficiários de sua escolha, sem ser constrangido pelas decisões do conselho de diretores.

9 Em 1950, os cargos de secretário e tesoureiro eram ocupados pela mesma pessoa: Burt J. Craig. Burt J. Craig era também secretário e tesoureiro da Ford Motor Company, e tinha sido curador da Fundação Ford de 1936 a 1950.

estabelecer julgamentos sobre as ações de filantropia e de condução pessoal destas atividades fora dos canais de circulação pública. Os meios informais, privados e confidenciais de comunicação serão os preferencialmente aceitos. Os membros do conselho serão informados, doravante, através de boletins confidenciais regulares, que possibilitarão aos diretores permanente conexão com os problemas e oportunidades abertas ao órgão para além dos dados e informações trocados nos encontros regulares (GAITHER, 1950, pp. 127-137).

Neste comenos, a trajetória de fundações como Carnegie e Rockefeller é assinalada, tendo em vista destacar estratégias e práticas administrativas que não devem ser assimiladas. O comitê de estudos destaca o poder, crescentemente exercido por estas fundações, de determinar por meio de suas iniciativas o curso das dinâmicas universitárias, econômicas e governamentais. Seria preciso acompanhá-las neste aspecto, sugere-se, mas sem incorrer no erro – atribuído especificamente à Carnegie no relatório – de se identificar, em público, a grupos e plataformas políticas e sociais. De outra forma, a atividade de fomento dirigida a campos como relações raciais e economia médica – considerados problemáticos – deve ser estimulado sem a precisa definição sobre que posição está sendo encorajada, defendida ou combatida pelo órgão. Para o comitê de estudos, o fato mais importante da atividade de fomento é a construção de saberes para a apropriação em aplicações políticas e sociais da escolha da instituição. As razões que governam e governarão o emprego desses materiais deve, por definição, permanecer retida nos intramuros da fundação (GAITHER, 1950, pp. 112-114, 124-127)¹⁰.

Todavia, não seria difícil, ao menos no que diz respeito às razões então presentes, dizer quais eram as metas políticas que dirigiam as ações do órgão. Muito claramente, pretendia-se com as atividades da fundação o alinhamento de membros, e não membros da aliança ocidental, à proposta de ordem incorporada nas ambições políticas americanas. Tais metas deveriam, através das políticas de formação de lideranças e de recursos humanos estruturada pelo órgão, ser revertidas em iniciativas de ajustamento das elites aos processos presentes de modernização tecnológica e política. Entre os sinais particulares dessa estratégia, esteve a pro-

10 Ao recomendar ao presidente e diretores do órgão segredo e confidencialidade quanto à circulação de informação, o comitê de estudos pretendia assegurar à Fundação Ford liberdade das limitações que poderiam advir da publicidade de seu programa de intervenções sociais e políticas. Para não inibir seu plano de expansão, e assim limitar publicamente seu universo de apoiadores, beneficiários e donatários deveriam ser mantidos inocentes no que diz respeito aos usos políticos dos materiais de pesquisa coligidos sob o financiamento do órgão.

moção do alinhamento das elites à elite política liberal internacional. Este elo, que seria forjado nas décadas seguintes com considerável parcela de contribuição da Fundação Ford, foi firmado por meio de esforços mútuos de combate ao comunismo – nas áreas futuramente chamadas de subdesenvolvidas, sobretudo –, nos compromissos programáticos com noções liberais de mudança social gradual, na desmobilização de entraves técnicos e humanos ao desenvolvimento, e no acordo tácito quanto ao não enfrentamento à superioridade econômica e tecnológica americana (HERZ, 1989, pp. 39, 51, 66-67, 92, 119).

A Fundação Ford, a política externa americana e a Guerra Fria

A Fundação Ford seguia a tradição das grandes fundações americanas e, neste aspecto, não distinguia entre as chamadas atividades culturais e educacionais, e as atividades de informação. A fundação inicia suas atividades internacionais em um momento em que se tinha esgotado, após quase duas décadas de debate, travado no interior do Departamento de Estado, o poder da tradicional distinção entre projetos culturais internacionais de caráter privado, e atividades culturais de caráter diplomático e estatal, e entre órgãos de cunho cultural e educacional, e serviços diplomáticos e secretos. Ao longo dos anos 30, são elevados os níveis de vinculação entre estas atividades.

Desde os anos 1920, mas principalmente a partir dos sucessivos mandatos de Franklin D. Roosevelt, se estabelece um modelo de política cultural externa em que se correlaciona as fundações ao Departamento de Estado. O presidente americano decide então avançar temas de política externa da sua administração aproveitando-se das fundações com lastro internacional, dotando-as de meios para atuar no exterior como órgãos diplomáticos americanos officiosos, ainda que não-oficiais (McCARTHY, 1987, p. 95)¹¹. A proposta de que a Fundação Ford ser-

11 Algumas ações precursoras poderiam ser destacadas. Particularmente, a fundação do Interdepartmental Committee on Cooperation with the American Republics, em maio de 1938, da Divisão para Relações Culturais do Departamento de Estado, em 1939, do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs e do Office of War Information, em 1942, e do Escritório de Informação Internacional e Questões Culturais do Departamento de Estado, em 1946. A Fundação Rockefeller e a Carnegie Corporation se envolveram nestes esforços segundo suas prioridades geopolíticas. A Rockefeller, envolvendo-se especialmente nos assuntos continentais americanos e asiáticos, e a Carnegie, nos africanos e, em menor medida, também nos asiáticos.

visse ao Departamento de Estado na condição oficiosa de órgão de informações, elaborada no Gaither Report, não é nova, portanto.

Com o início da Guerra Fria, a distinção geral entre o campo da informação e o de cultura e educação se dissolve ao ponto de se superpor. O domínio cultural, especialmente nas atividades externas, vinha sendo abandonado pelo Departamento de Estado às fundações, que as preferia para a realização das atividades que o governo normalmente evitava, devido a pressões políticas ou restrições legais (McCARTHY, 1987, p. 99; HERZ, 1989, pp. 56-57, 73-76; CHESTER, 1995; BU, 1999, pp. 393-394; TOURNÈS, 2002, p.67). A Fundação Ford – na expectativa da vitória nos enfrentamentos ideológicos da Guerra Fria – estruturou, nas primeiras décadas após o Gaither Report, projetos particulares de intervenção nos assuntos nacionais e internacionais que, rotineiramente, ou assimilavam, ou eram assimilados aos programas desenvolvidos pelo Departamento de Estado.

O consenso existente entre os dirigentes de grandes fundações, como a Ford, e os executores e formuladores da política externa americana, era a de que agências privadas poderiam realizar certos tipos de estudos de interesse do governo melhor que as agências governamentais. Para Max F. Millikan, economista do Massachusetts Institute of Technology (1949-1969) e diretor-assistente da CIA (1951-2), órgãos como a Fundação Ford poderiam realizar alguns dos projetos de interesse do governo satisfazendo estas condições. Dentre eles:

- a) O estabelecimento de estudos de área para o treinamento e a pesquisa em estruturas políticas, sociais, econômicas e legais de regiões de grande importância para a presente política dos Estados Unidos, mas que ainda não foram extensivamente estudadas nas universidades. O principal exemplo é o representado por toda a região do Extremo Oriente, da qual nosso saber é extremamente limitado. É impossível desenhar programas de inteligência de assistência econômica, reorientação política, ou guerra psicológica, sem saber, em maior extensão, mais do que nós já sabemos sobre as características de regiões cruciais tais como Indonésia, Índia, Paquistão, Iraque, etc¹². A combinação de programas de pesquisa intensiva conduzidos por grupos que representem várias disciplinas das ciências sociais, e programas de treinamento, poderia ser enormemente útil às agências de inteligência do governo.

12 Os primeiros escritórios internacionais da Fundação Ford foram abertos na Ásia. O primeiro, na Índia, em 1952. Os escritórios do órgão na Indonésia, Paquistão, Líbano e no atual Mianmar, foram abertos em 1953.

- b) Uma avaliação geral, área por área, do alcance que a assistência econômica tem tido, ou poderia ter, no importante propósito de promover a adesão aos ideais da democracia política.
- c) Estudos históricos indicando como áreas externas têm alcançado seu presente estágio de desenvolvimento, com alguns exemplos, que poderiam ser obtidos, sobre até que ponto esta experiência histórica se coloca em termos do que esperamos fazer, economicamente e politicamente, em relação a estas áreas no futuro.
- d) Uma análise detalhada, feita por duas ou três pessoas competentes dos Estados Unidos, na área da natureza, validade e escopo das estatísticas soviéticas, e em métodos estatísticos em vários campos.

Para Millikan, “estudos históricos, e outros estudos básicos sobre a natureza e a estrutura de países estrangeiros” como estes sugeridos à Ford, poderiam “ser mais bem realizados a partir de fontes não-secretas”, e assim, “fornecer um ponto de partida do qual os estudos mais operacionais do governo” poderiam partir¹³. Paul Hoffman, ex-diretor do Plano Marshall na Europa, empossado presidente da Fundação Ford em 6 de novembro de 1950¹⁴, inaugura as atividades internacionais da fundação empregando tal sistema de parcerias e consultas mútuas em projetos. A orientação geral, fornecida por Paul Hoffman a Alexander Fraser, Frank W. Abrams e Philip E. Mosely¹⁵, chefes respectivamente do Fund for Adult Education, Fund for Advancement of Education, e do East European Fund, era a de que as ações destes três programas pioneiros se guiassem – nas falas sublinhadas por Kathleen McCarthy – “pelo engajamento, dos esforços de paz, à frente de informações” (1987, p. 95).

Estes programas tinham um foco bem determinado: a comunidade estudantil e acadêmica, nacional e internacional. E sua atividade geraria programas de

13 National Archives. CREST Documents. General CIA Records. Suggestions on kinds of projects we would like to see the Ford Foundation support. ESDN: CIA-RDP79-01157A000100060036-2. Memo. Max F. Millikan, Assistant Director, Research and Reports, to Director of Central Intelligence, 2 April 1951. O memorando está endereçado ao general do exército Walter Smith, então diretor da CIA.

14 Este data (SUTTON, 1987, p. 53) diverge da apresentada no relatório anual de 1951 (FORD FOUNDATION, 1951, p. 6). Sutton diz que diz Hoffman renuncia de seu cargo de administrador da Economic Cooperation Administration (ECA) em setembro de 1950, para ser eleito novo presidente da Fundação Ford em 6 de novembro de 1950. Já o relatório dos curadores da fundação, diz que Hoffman foi eleito apenas em 6 de dezembro de 1950, e empossado novo presidente em 1 de janeiro de 1951.

15 Respectivamente, ex-membro do conselho de diretores da Shell Oil Company, membro do conselho de diretores da Standard Oil Company, e diretor do Russian Institute, da Universidade de Columbia.

intercâmbio, casas editoriais, programas de publicação, redes científicas profissionais, agendas de colóquios, eventos artísticos, políticos e acadêmicos, prêmios profissionais, programas de concessão de bolsas de estudo, formulação de novas áreas de interesse intelectual, criação de novas disciplinas, e até a construção de prédios e edifícios nos anos seguintes. Ademais, visavam ao enfraquecimento da influência que a literatura mais sofisticada, de extração marxista, e os órgãos de publicação e propaganda soviéticos exerciam especialmente entre os intelectuais das chamadas áreas atrasadas do mundo, mas também entre aqueles da Europa Ocidental, da França e Itália particularmente. A expectativa era a de se criar, por meio destas iniciativas, respostas americanas igualmente sofisticadas, capazes de atrair o mundo acadêmico, principalmente o vinculado ao universo da esquerda política, para o centro de atração da proposta americana (SAUNDERS, 1999, pp. 25, 30-31). Tarefas como esta foram, por várias razões, confiadas especialmente a órgãos como a Fundação Ford:

Intelectuais estão, de fato, desconfiados de governos em geral e, como resultado da influência comunista, do governo americano em particular. As mesmas desconfianças não são levantadas contra as organizações privadas americanas, particularmente grupos intelectuais e de pesquisa. Daí, que o U. S. Doctrinal Program [projeto da responsabilidade do Psychological Strategy Board, comitê interdepartamental de coordenação das atividades de inteligência (1951-1953)] deve, como o aspecto maior de seu desenvolvimento, garantir que organizações não-governamentais, acadêmicas, de pesquisa, fraternidades, etc., que podem contribuir na ascendência sobre estudantes e intelectuais, sejam estimuladas a este esforço. A Fundação Ford é uma dentre os numerosos caminhos abertos nos empreendimentos não-governamentais que devem ser explorados¹⁶.

Destarte, a atuação da Fundação Ford é engendrada na perseguição à idéia de minimizar as críticas ao bloco do “mundo livre” americano que o Departamento de Estado e suas agências de informação, espionagem e assistência técnica

16 National Archives. CREST Documents. General CIA Records. Combatting Communist Influence Among Students and Intellectuals. ESDN: CIA-RDP80-01065A000200080005-3. Memo. July 27, 1953.

também perseguiam, e para o qual forneciam garantias¹⁷. O apoio preferencial às áreas de estudos internacionais e teorias do desenvolvimento – áreas temáticas interdisciplinares, em que foram reunidos os primeiros assuntos acadêmicos financiados pela Fundação Ford – não era deslocado, desconforme: era ele parte do fomento ao desenvolvimento da forma capitalista e democrática de vida humana – dirigido especialmente aos chamados países subdesenvolvidos – que mais interessava e obtinha sustentáculos da agenda de política externa americana (BERMAN, 1983; GENDZIER, 1998; CUMINGS, 1998). Não obstante, estas eram ações que se fiavam também à consolidação da doutrina diplomática formulada durante a administração Harry Truman (1945-1953), e mantida após seu término: a chamada diplomacia total, ou Doutrina Truman.

Por diplomacia total, designava-se uma complexa coordenação de esforços. Entre estes esforços, estavam incluídas atividades de disseminação de propaganda sobre o estilo de vida americano, em seus aspectos vinculados à abundância material, ao consumo, à tecnologia, à liberdade individual e à democracia política. Destes esforços também faziam parte atividades de monitoramento da recepção da propaganda pelas platéias internacionais, bem como, também, a captação e construção de saberes adequados às carências americanas quanto à diversidade global.

A agenda de política externa americana esteve relacionada à agenda de formação de lideranças da Fundação Ford em vários aspectos. A partir da formulação da Doutrina Truman, levantaram-se, de maneira aguda, processos de tradução de ações culturais e educacionais em ações de propaganda e informação, algo que se fez segundo os precedentes levantados nos Office of War Information e no Office of Strategic Services, que coordenavam durante a Segunda Guerra Mundial as atividades de intelectuais empregados nos serviços de informação. Assim, a Fundação Ford estimulava a identificação aos valores políticos, ao programa de modernização, e à agenda de estabilidade política internacional americana nos

17 A posição mais frequentemente formulada é a de que a Fundação Ford e o Departamento de Estado eram apenas simultâneos na apologia ao progresso e ao americanismo liberal e democrata. O que exclui, necessariamente, hipóteses sobre a atuação em projetos e atividades de cooperação, sobre a superposição entre atividades culturais e de informação, e sobre a transformação de fundações americanas em ligações entre pesquisadores, universidades e a área de inteligência do governo americano. A expansão do órgão, segundo os portadores dessa posição, seria explicada com base no bom aproveitamento de inovações e facilidades tecnológicas em comunicações e transportes e pela adesão da Fundação Ford à proposta de modernização que desfrutava de maior apoio do governo americano e de outros parceiros internacionais. A fundação teria realizado, assim, uma aproximação ideológica e não operacional frente a estes interlocutores (HERZ, 1989; MICELI, 1990, p. 19; MICELI, 1993, pp. 37, 42-46, 53, 66; FLEISHMAN, 2007). Não temos esta certeza.

seus programas de formação de técnicos e lideranças de países subdesenvolvidos, semelhantemente ao que era levantado na Doutrina Truman. Tais atividades também tinham relações, como vimos, com as demandas por informação da parte de agências governamentais americanas (BU, 1999, pp. 393-394, 400-405; HERZ, 1989, pp. 68-69, 71-73, 136).

As atividades internacionais da Fundação Ford estavam sustentadas, basicamente, em dispositivos legais e em programas de intercâmbio cultural e educacional que a estratégia da diplomacia total estabeleceu. A prática de se unir as atividades diplomáticas das instituições públicas e privadas às atividades de intercâmbio cultural se fortaleceu amiúde, ao encontrar sustentáculo em medidas aprovadas entre o fim dos anos 1940 e o início da década de 50. Foram várias as medidas. Dentre elas, tivemos o Fulbright Act, de 1946, que autorizou o uso de créditos norte-americanos, disponíveis em moeda estrangeira, no financiamento a projetos educacionais; e o United States Information and Educational Exchange Programs Act, de 1948 (mais conhecido como Smith-Mundt Act), que estabeleceu várias medidas. As mais importantes foram a criação da United States Information Agency (USIA), a incorporação do United States Information System (USIS) ao novo órgão, e a determinação de que as atividades de informação fossem unidas às culturais nas políticas oficiais de disseminação e captação de informação sobre os Estados Unidos no exterior. Com efeitos diretos sobre as atividades culturais e de informação, também tivemos o Act for International Development, de 1950, que determinou que operações de assistência militar e econômica fossem agrupadas e executadas pela Mutual Security Agency e pelo Departamento de Defesa; e a reformulação da Technical Cooperation Administration, que passou a agir voltada para projetos de desenvolvimento em educação, agricultura, indústria, saúde e administração pública na América Latina (BU, 1999, pp. 393-394; HERZ, 1989, pp. 56-59, 78; U.S. CODE COLLECTION, 2008)¹⁸.

A partir de 1947, medidas semelhantes seriam igualmente abrigadas no corpo da assim chamada Doutrina Truman, lançada pelo presidente em sessão conjunta do Congresso em 12 de março de 1947. A Doutrina Truman estabeleceu ser prioridade, e prerrogativa da política externa americana, o suporte aos países sob assédio

18 As operações na área da assistência técnica são também unificadas. Segue-se, neste aspecto, o exemplo da USIA, na sua atividade de coordenação de atividades culturais e de informação. Todas as atividades relativas à assistência técnica internacional passaram, a partir de 1955, à coordenação da International Cooperation Administration, e após 1961, à coordenação da United States Agency for International Development (USAID).

soviético, principalmente através de medidas creditícias, e de assistência e intervenção internacional direta nos campos político e militar. Muito embora, ela tenha sido lançada segundo a justificativa de substituir a Grã-Bretanha no seu papel de suporte ao governo grego na sua guerra civil contra o partido comunista. Esta formulação se apresenta como uma declaração de guerra fria à União Soviética, e o núcleo de sua proposta viria a ser continuamente elaborada nos anos seguintes.

O mesmo Harry Truman reafirmaria durante o discurso de inauguração de seu segundo mandato presidencial, em janeiro de 1949, quando lançou o Ponto Quatro (Point Four), uma agenda para a política externa americana em que são definidas quatro linhas de ação que coordenam e prolongam as medidas lançadas anteriormente no campo da assistência técnica e do intercâmbio cultural e educacional. O Ponto Quatro determinava quatro cursos de ação nas relações internacionais dos Estados Unidos: apoio às Nações Unidas, aos programas de recuperação econômica mundial, fortalecimento das nações democráticas contra as ameaças de agressão comunista, e um novo programa de transmissão dos benefícios dos avanços científicos e do progresso industrial americanos para o desenvolvimento e crescimento das áreas subdesenvolvidas (STATE DEPARTMENT, 2009; BU, 1999, pp. 395). Estes quatro cursos de ação apontavam para um movimento de reavaliação da política externa. Tentava-se por meio deles reposicionar os Estados Unidos frente ao crescente potencial militar, e ao iminente desenvolvimento do potencial atômico da União Soviética, bem como deter e desfazer o sucesso alcançado pelos soviéticos nas suas investidas mundiais nos campos político e cultural.

O documento NSC 68 é um dos resultados diretos dessas demandas. Preparado a partir de uma solicitação presidencial feita ao Conselho de Segurança Nacional, expedida em 31 de janeiro de 1950, e aceita pelo presidente em abril do mesmo ano, o NSC 68 é um exame das posições americanas frente à possível capacidade termonuclear soviética, frente à deflagração de uma guerra entre as potências, e uma proposta de planejamento de ações estratégicas, e de tomada de decisões, para a derrota dos soviéticos nestes cenários. Nele, se consolidam os princípios da política de contenção, anteriormente estabelecidos na Doutrina Truman. Em linhas gerais, uma política de calculada e gradual coerção, a ser executada contra os objetivos de domínio e predominância política internacional soviética. Para a direta intervenção dos Estados Unidos na construção da comunidade internacional "saudável", e a destruição do sistema soviético como um todo, propõe-se abertamente a rejeição ao conceito de isolamento para a política externa americana. Os Estados Unidos devem atuar, preferencialmente, por meios

diplomáticos, utilizando-se de armas econômicas, políticas e psicológicas¹⁹, mas também, estimulando o incremento massivo do aparato militar americano e ocidental²⁰ (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2008)

O ato NSC 68 também propõe ações para o combate às ações internacionais e de infiltração da polícia secreta e do Partido Comunista da União Soviética, consideradas as mais prestigiadas e eficazes armas políticas soviéticas, e o principal veículo das pretensões ideológicas do Kremlin. Neste particular, aponta-se primeiramente para a necessidade de se atuar contra a sua estratégia de identificação “do Sistema Soviético com o comunismo, suas campanhas pela paz e sua defesa dos povos colonizados”, estratégia que, segundo o documento, vem produzindo respostas favoráveis nos “segmentos vulneráveis da sociedade”. Tais formulações – ainda que não desempenhassem no próprio mundo soviético um papel de grande relevância – teriam, ainda segundo o NSC 68,

encontrado uma audiência particularmente receptiva na Ásia, especialmente porque os asiáticos tem se impressionado com o que lhes têm sido convincentemente descrito como o rápido avanço da URSS de uma sociedade atrasada à posição de grande potência mundial.

Frente a tal cenário, deve a nova política externa visar à derrota das pretensões do Kremlin de trabalhar pela transformação do seu regime em “modelo científico de sociedade” e em “fonte de uma nova fé universal”. E, para evitar que a União Soviética permaneça

19 O ato NSC 68 representa a culminação de medidas que estavam sendo progressivamente estabelecidas desde o ato NSC 10/2. Aprovado em fevereiro de 1948, o NSC 10/2 estabeleceu o Office of Special Projects, depois renomeado para Office of Policy Coordination (OPC). Desta forma, dois anos antes o OPC já estava ligado ao desenvolvimento e supervisão de “quaisquer atividades relativas à propaganda, guerra econômica, ação direta preventiva, incluindo sabotagem e anti-sabotagem, demolição e medidas de evacuação, subversão contra estados hostis, incluindo assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de libertação refugiados, e suporte aos elementos nativos anticomunistas pertencentes a países ameaçados do mundo livre” que o ato NSC 68 veio estabelecer amplamente (LUCAS, 1996, p. 284).

20 Entretanto, a formulação até então mais importante era a de que a ameaça militar representada pela União Soviética era pequena, se comparada às ameaças que ela impunha aos Estados Unidos nas esferas política e social. A posição tinha sido discutida inicialmente no outono de 1946, no National War College. Na ocasião, oficiais diplomatas, militares, senadores e o presidente reuniram-se com James Forrestal, Dean Acheson, Robert Lovett, George Marshall, Walter Lippmann e George Kennan para discutir, em caráter confidencial, a importância em se acrescentar urgentemente à frente militar uma ofensiva no campo ideológico. Esta orientação seria seguida na reorganização dos serviços militares e diplomáticos. Não muito tempo depois, seria criada a Central Intelligence Agency (CIA), o Departamento de Defesa e o Conselho de Segurança Nacional (HARLOW & MAERZ, 1991; WARNER, 2001, pp. 1-18).

identificando-se às genuínas aspirações de grande número de povos, e colocando-se à frente de uma cruzada internacional, com todos os benefícios que derivam dela [.]

os Estados Unidos devem, em linhas gerais, e excluídos os aspectos exclusivamente bélicos e militares: a) combater a penetração de organizações e indivíduos com ligações soviéticas ou informados por suas idéias nas instituições sociais e políticas americanas, de maneira a tornar os Estados Unidos a melhor e mais importante barreira aos avanços soviéticos; b) desenvolver extensivo trabalho de esclarecimento do público norte-americano e mundial, acerca da necessidade e da urgência em se relacionar os povos do mundo aos esforços democráticos americanos contra as pretensões totalitárias soviéticas; c) desenvolver e aprimorar o estado político geral das áreas atrasadas do mundo, desviando-as dos avanços soviéticos e antecipando-se à eles através das medidas creditícias previstas no Ponto Quatro; d) reforçar as posições nacionais britânicas e dos demais membros das aliança ocidental, no sul e sudeste asiáticos principalmente, bem como apoiar sua permanência em posições geográficas estratégicas de outros continentes²¹ (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2008).

Conclusão

O Gaither Report representava, basicamente, a posição da Fundação Ford quanto às exigências representadas pelo anticomunismo da militância democrata (não republicana) dos segmentos liberais. Muito de acordo com o entendimento que estes segmentos, e o governo americano do período, tinham da dinâmica inicial de enfrentamentos da Guerra Fria, a Fundação Ford estabeleceu linhas de ação para a formação de programas de cooperação técnica, e intercâmbio cultural e educacional, que tinham nas chamadas áreas atrasadas do mundo

21 O colonialismo é avaliado nas décadas de 40 e 50 como uma peça de sustentação do arranjo territorial do bloco ocidental. Muito embora a destruição dos impérios coloniais estivesse sendo planejada, e avaliada, nos círculos políticos e filantrópicos americanos desde o início dos anos 40, a proposta que se constituiu de início era diversa. As principais iniciativas estavam voltadas para a construção de elites sociais e políticas, para a estabilização política, para a gradual elevação dos níveis de autonomia local sem concessão de independência política, e para consolidação destas áreas à condição de fornecedoras de matérias-primas essenciais aos mercados metropolitanos. Até o início dos anos 60, a política americana para estas áreas era a da não intervenção em assuntos de política externa dos aliados europeus, o que redundou em contínua associação das guerras de libertação colonial à ingerência soviética (PLUMMER, 1996, pp. 112-115, 176, 229, 237, 239).

o conjunto modelar das carências materiais, limitações políticas e tensões sociais que era preciso reverter para evitar a sedução soviética.

Os valores que estabeleciam os limites da atuação da Fundação Ford eram aqueles levantados nas diretrizes da política externa americana. Isto é, o projeto de alinhamento das nações junto à aliança militar liderada pelos Estados Unidos, e os seus compromissos políticos com a criminalização da atividade comunista, o questionamento às posições de esquerda identificadas à tomada do poder, ou a processos “revolucionários” de mudança, e a defesa das posições políticas dos impérios coloniais europeus, para a manutenção da segurança militar ocidental.

A Fundação Ford buscava reverter tensões e distúrbios em expressões, ou de insegurança material, ou de inclusão social, ou de inadequação a parâmetros de estabilidade política, cujas realidades seria preciso reverter aos níveis por ela definidos como o de bem-estar. Assim se elabora a agenda de formação de elites da Fundação Ford. Os quadros formados com o seu patrocínio deveriam, supostamente, sustentar a proposta de transformação da questão política em uma forma de se alcançar o bem-estar que resulta da cessação do conflito, da segurança material, da liberdade econômica, e da inclusão social de minorias²².

Referências bibliográficas

- BERMAN, Edward H. *The Ideology of Philanthropy*. 1983. Disponível em <http://www.icdc.com/~paulwolf/oss/ideologyofphilanthropy.htm>, com acesso em 15 de dezembro de 2007.
- BRANDT, Daniel. *Philanthropists at War*. 1996. Disponível em <http://www.namebase.org/news15.html>, acesso em 02 de maio de 2008.
- BU, Liping. *Educational Exchange and Cultural Diplomacy in the Cold War*. *Journal of American Studies*, Vol. 3, Nº. 33, Part 1: Women in America (Dec., 1999), pp. 393-415. In: <http://www.jstor.org/stable/27556683>. Acesso em 20 de outubro de 2009.
- CANCELLI, Elizabeth. *Caminhos de um mal estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil*. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 10, n. 16, pp. 169-185, jan. – jun. de 2008. In:

22 As posições assumidas pela Fundação Ford tinham sustentáculos em narrativas políticas anticomunistas, e em planos de reforma social que se revelaram especialmente nos seus compromissos com medidas de inclusão social lastreadas em identificação, qualificação e diferenciação de populações em minorias. Os direitos civis não se tornaram uma das principais narrativas americanas da Guerra Fria inadvertidamente. Também, não foi inadvertidamente que ela se fez entre as intervenções da Fundação Ford, nos Estados Unidos e no mundo (CANCELLI, 2008; DUDZIAK, 2000).

- http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/E_Cancelli.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2009.
- CHESTER, Eric Thomas. The Ford Foundation. 1995. Disponível em <https://www.icdc.com/~paulwolf/oss/fordfoundation.htm>, com acesso em 15 de dezembro de 2007.
- CUMINGS, Bruce. Boundary Displacement: Area Studies and International Studies During and After the Cold War. In: SIMPSON, Christopher (ed.). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York, The New Press, 1998.
- DUDZIAK, Mary L. *Cold War Civil Rights: Race and Image of the American Democracy*. Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2000.
- FORD FOUNDATION. *Annual Report for 1951*. December 31, 1951. Disponível em www.fordfound.org/archives, com acesso em 6 de abril de 2009.
- FLEISHMAN, Joel. L. *The Foundation: A Great American Secret. How Private Wealth is Changing the World*. New York, Public Affairs, 2007.
- GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Report of the Study for the Ford Foundation on Policy and Program*. Detroit, MI., Ford Foundation, 1950. Disponível em www.fordfound.org/archives, com acesso em 6 de abril de 2009.
- GENDZIER, Irene L. Play It Again Sam: The Practice and Apology of Development, in SIMPSON, Christopher (ed.). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. New York, The New Press, 1998.
- HARLOW, Giles D. & MAERZ, George C. Introduction. In: KENNAN, George, F. *Measures Short of War: the George Kennan Lectures at the National War College, 1946-1947*. 1991. Disponível em <http://www.ndu.edu/inss/books/books%20-%201990%20to%201995/Measures%20Short%20of%20War%20-%20May%201991/MSW.pdf>, com acesso em 17 de fevereiro de 2009.
- HERZ, Mônica. *Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.
- LUCAS, Scott. Campaigns of Truth: The Psychological Strategy Board and American Ideology, 1951-1953. *The International History Review*, Vol. 18, Nº. 2 (May, 1996), pp. 279-302. In: <http://www.jstor.org/stable/40107707>. Acesso em 13 de outubro de 2009.
- MCCARTHY, Kathleen D. From Cold War to Cultural Development: The International Cultural Activities of the Ford Foundation, 1950-1980. *Daedalus*, Vol. 116, Nº. 1, Philanthropy, Patronage, Politics (Winter, 1987), pp. 93-117. In: <http://www.jstor.org/stable/20025087>. Acesso em 8 de outubro de 2009.
- MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Editora Sumaré, 1990.
- MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

- NATIONAL SECURITY COUNCIL. NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security. Disponível em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>, com acesso em 28 de outubro de 2008.
- PLUMMER, Brenda Gayle. *Rising Wind: Black Americans and U. S. Foreign Affairs, 1935-1960*. Chapel Hill and London, The University of North Carolina Press, 1996.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Who Paid the Piper? The CIA and the Cultural Cold War*. London, Granta Books, 1999.
- STATE DEPARTMENT. The Truman Doctrine, 1947. Disponível em <http://www.state.gov/r/pa/ho/time/cwr/82210.htm>, com acesso em 31 de julho de 2009.
- SUTTON, Francis X. The Ford Foundation: The Early Years. *Daedalus*, Vol. 116, Nº. 1, Philanthropy, Patronage, Politics (Winter, 1987), pp. 41-91. In: <http://www.jstor.org/stable/20025086>. Acesso em 8 de outubro de 2009.
- TOURNÈS, Ludovic. La diplomatie culturelle de la Fondation Ford. Les éditions Intercultural Publications (1952-1959). *Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, Nº. 76 (Oct. – Dec., 2002), pp. 65-77. In: <http://www.jstor.org/stable/3772324>. Acesso em 8 de outubro de 2009.
- U.S. CODE COLLECTION. United States Information and Educational Exchange Programs. Disponível em http://www4.law.cornell.edu/uscode/html/uscode22/usc_sup_01_22_10_18.html, com acesso em 28 de outubro de 2008.
- WARNER, Michael. Central Intelligence: Origins and Evolution. 2001. Disponível em https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/Origin_and_Evolution.pdf, com acesso em 17 de fevereiro de 2009.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 25-ago-2009 | Envio ao 1º avaliador: 04-set-2009 | Envio ao 2º avaliador: 04-set-2009 | Recebimento da 1ª avaliação: 12-set-2009 | Recebimento da 2ª avaliação: 23-set-2009 | Envio para revisão do autor: 15-out-2009 | Recebimento do artigo revisado: 27-out-2009 | Aceite: 30-out-2009.